



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

## CONVERSAS SOBRE INFÂNCIA, ALTERIDADE E PODER NO ÂMBITO DAS PESQUISAS COM CRIANÇAS

Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa  
Docente do Curso de Psicologia – UFC/Sobral  
[ericaatem@yahoo.com.br](mailto:ericaatem@yahoo.com.br)

### 1. Para começo de conversa

“É difícil se explicar”- uma entrevista, um diálogo, uma conversa. (...) as questões são fabricadas, como outra coisa qualquer. Se não deixam que você fabrique suas questões, com elementos vindos de toda a parte, de qualquer lugar, se as colocam a você, não tem muito o quê dizer. A arte de construir um problema é muito importante: inventa-se um problema, uma posição de problema, antes de se encontrar a solução. (DELEUZE; PARNET, 1998, p.9)

Apóio-me, para iniciar esse texto, na inquietação de Deleuze (1998) quanto ao que comumente se pratica como uma conversa. Conversar estaria quase sempre ao lado da obrigação de explicar, reduzindo o espaço para a fabricação de problemas. Seria preciso, sob sua inspiração sair do plano dos consensos. E se pretendo justamente fabricar alguns problemas, a fim de pensar o campo da infância em algumas de suas configurações contemporâneas; essa atitude metodológica não se igualaria aos esforços de responder às provocações do ponto de vista de um imperativo moral (do que é melhor para as crianças e deve ser corrigido pelos adultos).

A primeira de minhas questões, a partir da qual se inscrevem as demais, está relacionada *ao que temos feito de nossas querelas quanto à moderna visão de infância*. Procuo de uma maneira geral circunscrevê-la num plano micropolítico, ou seja, saber de que tipo são as transformações exigidas pelo nosso tempo e como temos respondido a elas.

Acredito que ao anunciar este interesse, expresse um ponto de partida, qual seja, o reconhecimento dos movimentos de (re) definição a que estão submetidas as concepções de infância. Dito de outro modo, assumo a perspectiva de que o que se diz sobre as crianças e as infâncias é constantemente reinventado, sem que necessariamente tudo seja substituído. Esta imagem-movimento da história e dos acontecimentos é inspirada na leitura genealógica de Michel Foucault com a qual procuro dialogar para avizinhar infância e poder.



Esta lente parece-me produtiva para analisar algumas das argumentações levadas a cabo pelos pesquisadores que se desafiam a pesquisar não mais *sobre*, mas *com* crianças. Ao empreenderem uma crítica aos modos de produção dos saberes modernos sobre a infância, que *imagem de poder* é utilizada na compreensão das relações adulto-criança?

## 2. Liberdade, poder e alteridade

(...) É por isso que insisto, sobretudo, nas práticas de liberdade, mais do que nos processos de liberação, que mais uma vez têm lugar, mas que não me parecem poder, por eles próprios, definir todas as formas práticas de liberdade. (...) A liberação abre um campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade. (FOUCAULT, 2004, pp.266-267)

Temos insistido na problematização (ATEM, 2006), a partir da noção de poder em Michel Foucault, das teses que identificam as práticas adultas (educativas, familiares, escolares, de saúde) com o exercício de certo tipo de poder repressivo. Esta visão, por sua vez, aparece intimamente relacionada a uma imagem do que seja liberdade e conseqüentemente de como podemos ser sujeitos livres. O trecho escolhido para abertura desta discussão sugere a forma emblemática como o autor trata as questões relativas ao poder e a liberdade. As sujeições em que nos envolvemos não teriam como mecanismos centrais a opressão ou a dominação. O campo das relações de poder é um campo agonístico de forças em que o outro, antes de ser anulado é insistentemente capturado em jogos de poder-saber.

Entretanto, no caso das pesquisas com crianças, as discussões em torno do poder do adulto predominam sob a forma de uma crítica, pautada quase sempre pela idéia de repressão. A conseqüência que veremos se desenhar no âmbito desse debate é a configuração da imagem do adulto como um interditor, atrelada por sua vez, à noção de uma natureza infantil.

Talvez mais do que a repressão destes comportamentos por parte dos adultos, pudesse existir, nas sociedades, um respeito para com o modo de *ser criança*, e assim fossem construídas novas perspectivas *para e sobre* a infância contemporânea [...] (OLIVEIRA, 2001, p.5, grifos do autor).



Consideramos, diante disso, importante lembrar de que tipo é o deslocamento operado por Foucault quando abandona a noção de repressão (ou hipótese repressiva, tal como formula em *Historia da sexualidade I*).

[...] a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtivo no poder. Quando se define os efeitos de poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (FOUCAULT, 1996, p.8).

Nosso objetivo é, então, mostrar os limites de uma imagem negativa de poder (inibição, limitação, repressão) e seus correlatos para um modo de inteligibilidade da relação adulto-criança.

A noção foucaultiana de poder como relação de forças ajuda-nos a conceber de modo relacional o que se dá entre crianças e adultos. Isto quer dizer que a atitude do adulto diante da criança não consiste em permitir a expressão do que seja uma natureza infantil. As relações de poder são constitutivas de um conjunto de possibilidades de ação para ambos, certamente desiguais.

Por que, no discurso crítico, a relação entre adultos e crianças na Modernidade é descrita em termos de repressão? Não se teria constituído igualmente sobre a égide da moralização e da repressão? A funcionalidade desta idéia de repressão existirá para que se acredite que há algo de verdadeiro sobre a infância, que não foi descoberto e poderia ser desvelado? Se tomarmos as seguintes palavras de Foucault (1996), não poderíamos estar a supor o mesmo em relação à infância?

Quando escrevi a *História da loucura* usei, pelo menos implicitamente, esta noção de repressão. Acredito que então supunha a existência de uma loucura viva, volúvel e ansiosa que a mecânica do poder tinha conseguido reprimir e reduzir ao silêncio”. ( p.7).

É bom lembrar que não estamos negando simplesmente a existência de práticas repressoras com relação à criança; apostamos, ao contrário, que na ordem do discurso a idéia de repressão tem um efeito de verdade importante: age sobre os adultos como uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

obrigação, a obrigação de “libertar” as crianças. Mas do quê? Não ouvir as crianças representou/representa exatamente o quê?

O trabalho foucaultiano (1999) sobre o funcionamento da hipótese repressiva com relação à história da verdade - como vimos pela constituição do dispositivo de sexualidade - elucida o tipo de mecanismo em jogo, quando se tenta associar o adulto a um interditor, ou seja, aquele que não dá ouvidos às especificidades infantis.

O modo como os discursos críticos expõem as transformações no campo da infância é dirigido pela idéia de que nossas sociedades caminham progressivamente para a concretização, em níveis mais amplos, dos ideais democráticos, exemplificada pelo que estaria agora acontecendo com o grupo das crianças, a exemplo de todas as minorias. Esta expansão seria possível, como vimos, pela evolução no campo das mentalidades, das representações sociais da criança. O principal motor destas mudanças seria a extinção de práticas repressivas do adulto em relação às crianças, lógica em que o poder do adulto é descrito em função de uma concepção de poder estritamente negativa. Nos discursos críticos, a relação de poder entre adulto e criança é tematizada em termos da ação de um adulto todo-poderoso, autoritário, sobre uma infância subjugada, em termos de vontade e singularidade.

Como pensar a diferença entre adultos e crianças constituinte das teorias do desenvolvimento - e que se fez hegemônica na modernidade - como efeito de um poder negativo? No lugar disso, é possível pensar a individualização das crianças como efeito de um poder positivo.

Não são poucos os autores (BUJES, 2002; CORAZZA, 2000; DORNELLES, 2005; NARODOWSKY, 2001) que, apoiados nas leituras foucaultianas da Modernidade, descreveram a sujeição da criança. Às vezes é o próprio Foucault que nos diz, em *A vontade de saber* (1999) e em *Os Anormais* (2002), o quanto os processos de sujeição estão ligados a mecanismos mistos em que a repressão ou as interdições são parte de tecnologias de poder positivas que investem o corpo.

A afirmação, presente nos discursos críticos, de que a Modernidade criou meios de excluir as crianças do mundo adulto parece-nos também apoiada sobre os efeitos negativos do poder.

Foucault (2002, 2004), ao discorrer sobre as características de uma sociedade disciplinar, recorre à diferenciação entre dois modelos de organização da cidade: *o da*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

*lepra*, segundo o qual aconteceu a exclusão dos leprosos, durante toda a Idade Média; e o *modelo da peste* ou de policiamento da cidade, modelo, sobretudo, de inclusão do pestífero. É desse segundo modelo que o autor aproxima o funcionamento da sociedade disciplinar, descrevendo a instituição da quarentena, numa cidade “empestada”, no século XVIII. Foucault (2002) resume o modelo da peste da seguinte forma:

Não se trata de uma exclusão, trata-se de uma quarentena. Não se trata de expulsar, trata-se ao contrário de estabelecer, de fixar, de atribuir um lugar, de definir presenças, e presenças controladas. Não rejeição, mas inclusão [...] Trata-se [...] de uma série de diferenças sutis, e constantemente observadas [...]. Individualização, por conseguinte divisão e subdivisão do poder, que chega a atingir o grão fino da individualidade. (FOUCAULT, 2002, p. 57).

O processo de quadriculamento do corpo (FOUCAULT, 2004) e o processo de *quarentena* (ARIES, 1981) são dois exemplos que nos permitem analisar a “separação” entre mundo infantil e adulto, por intermédio de mecanismos positivos.

Deste modo, se pensássemos em exclusão das crianças, teria que ser, ao modo foucaultiano, uma exclusão por inclusão. Fazemos esta ressalva, pois mais uma vez os discursos críticos realçam, sobretudo, seu lado negativo: “desqualificação, rejeição, recusa, desconhecimento”, diria Foucault (2002, p.54). Vejamos o que diz sobre o modelo da lepra:

Eram de fato práticas de exclusão, práticas de rejeição, práticas de ‘marginalização’, como diríamos hoje. Ora, é sob essa forma que se descreve, e a meu ver ainda hoje, a maneira como o poder se exerce sobre os loucos, sobre os doentes, sobre os criminosos, sobre os desviantes, sobre as crianças, sobre os pobres.

Isto quer dizer que foi o investimento possível sobre o corpo infantil na Modernidade que gerou a idéia de “um mundo infantil”, para o qual se reivindica, hoje, outro tipo de importância (o mundo próprio da infância) e para o qual parecem se transferir todos os interesses, como é o caso dos discursos que analisamos.

Este tipo de análise afasta, portanto, a idéia de uma dominação em bloco, totalizadora ou homogênea, e faz-nos pensar as relações de poder como relações mutantes e complexas que se deslocam a partir dos seus próprios efeitos. Ao contrário, a noção negativa de poder nos mantém empenhados em combater sempre a mesma estratégia, sempre os mesmos efeitos de censura, interdição, recalçamento. Esta



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

reatualização de um poder único e totalizador impede-nos de considerar as múltiplas formas de resistência, já que, nestes termos, só é possível pensar a resistência e a mudança numa forma definitiva e pura, nada do mecanismo anterior, nenhum remanejamento.

A noção de maquinaria serve a Foucault para traduzir um novo tipo de exercício de poder, que não se reproduz por conservação, mas por transformações sucessivas. Vejamos como Foucault (1996, p.147) esclarece este tipo de mecanismo, tomando como exemplo a sexualidade.

[...] a sexualidade, tornando-se assim um objeto de preocupação e de análise, como alvo de vigilância e de controle, produzia ao mesmo tempo a intensificação dos desejos de cada um por seu próprio corpo... O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra-efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação. 'Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!' A cada movimento de um dos dois adversários corresponde o movimento do outro. [...] É preciso aceitar o indefinido da luta... O que não quer dizer que ela não acabará um dia. (Grifos nossos).

Neste sentido, uma das questões que nos parece relevante em relação à infância contemporânea é: que tipo de resistência é essa, pretendida pela discursividade crítica, quando formula o pressuposto de ouvir as crianças em contraposição à forma de subjetividade moderna, representada pela figura do aluno?

Pensamos que a mutação ou transformação em jogo, na “passagem” de uma infância moderna para uma infância contemporânea, pode ser entendida segundo o movimento de estratégias de poder e de resistência que é preciso analisar. Ao ser interrogado em relação às resistências possíveis dos prisioneiros ao panóptico, Foucault não nos fornece uma resposta definitiva, mas nos dá pistas de como podem ser os deslocamentos dos poderes e das resistências, e serve de provocação para pensar a condição destes deslocamentos no caso da produção da infância contemporânea. O que é essa grande novidade que se atribui ao fato de a criança falar da infância?

*M. P:* E, em relação aos prisioneiros, apoderar-se da torre central não tem sentido?



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

*M. F:* Sim. Contanto que este não seja o objetivo final da operação. Os prisioneiros fazendo funcionar o dispositivo panóptico e ocupando a torre - você acredita então que será muito melhor assim que com os vigias? (FOUCAULT, 1996, p.227)

Talvez a infância seja um dos redutos onde o poder se exerça de maneira mais insidiosa (BUJES, 2002; CORAZZA, 2000; DORNELLES, 2005; NARODOWSKY, 2001). Dizem-nos que este poder é somente negativo, pois é preciso proteger as crianças dos males adultos, do trabalho, da prostituição, do crime. Este poder, que seria responsável pela não-infância! Entretanto, não se vê o lado positivo deste poder que constrói um lugar dos mais desejados (quem ousaria dizer que 'ser criança' não tem graça?), um direito dos mais difíceis de não se lutar e reconhecer (quem ousaria não se colocar a favor dos direitos das crianças?), um dos modos de existência mais bem particularizados (quem ousaria dizer que não deseja ir à escola, brincar, jogar videogame?).

É preciso destacar que as hipóteses críticas acerca das mudanças nas relações entre adultos e crianças fazem sobressair um aspecto: a Modernidade não teria reprimido qualquer coisa, mas principalmente a liberdade da criança em falar e expressar-se livremente. Não estaria aí parte da força da hipótese repressiva crítica?

Conhecemos, pelas análises foucaultianas das relações entre poder e discurso, os inúmeros mecanismos de regulação da fala (FOUCAULT, 1996). Além disso, Foucault, em *História da sexualidade I*, foi capaz de inscrever o discurso do sujeito sobre si dentro de uma política de incitação do discurso sobre o sexo, uma vez que se tratava da ligação entre sexo e verdade. A fala era lugar de atravessamento do poder, e menos espaço de liberdade.

Podemos dizer: o discurso interessou a Foucault não como expressão de uma individualidade, mas como uma das formas pela qual é constituído, dando a ver as relações de poder. Deste modo, aquilo que se diz sobre a infância hoje e o que a criança diz da infância pode servir para mostrar os pontos pelos quais passa o exercício do poder.

Argumentamos que um dos dispositivos da discursividade crítica parece ser o tratamento do silêncio como efeito da interdição da fala. Para o autor de *História da sexualidade I*, nas práticas de poder positivas, a interdição é complementar a uma tecnologia de incitação ao discurso. O autor afasta-se do problema da interdição, visto



como manifestação de um poder puramente negativo, contra o qual falar seria um gesto, por si só, de resistência. Poderíamos pensar: É porque se diz interdita que a voz da criança é tão necessária e produzida. Que voz é esta? O que por ela passa? Se houve uma regulação do discurso infantil, não foi de modo total. É preciso verificar este movimento de “requalificação” do discurso infantil.

A noção de necessidades infantis (o que são?) parece pôr em jogo uma idéia negativa da disciplina, já que a vontade do adulto suprimiria uma individualidade, como se ele mesmo também não estivesse submetido aos modelos normatizantes. Parece-nos que esta é uma noção ingênua da disciplina, pois retoma a idéia de uma subjetividade anterior às relações que a constituem. A disciplina produziu corpos dóceis não por efeito da supressão de uma individualidade, mas por mecanismos que agora não parecem mais tão úteis à individualização dos corpos infantis e adultos. A prisão reprimiu a individualidade dos presos? (NARODOWSKI, 2001). Veremos que esta visão da disciplina tem relação com a tentativa de ver sempre o poder em termos negativos.

As relações de poder entre crianças e adultos dão o tom de denúncia e urgência ao discurso crítico, ou seja, a sociedade deve reconhecer os processos de exclusão e interdição perpetuados sobre as crianças, e modificá-los, pois legitimaram relações desiguais e autoritárias.

Em síntese, a relação entre pesquisador e criança é usada para exemplificar outro modo de constituir as relações entre crianças e adultos (não só as constituídas nas práticas educativas), estabelecendo outro paradigma para a formação dos educadores, especialmente, para aqueles que se ocupam da educação infantil.

Estas relações, por sua vez, são pensadas a partir das metodologias qualitativas de pesquisa, com destaque para a Etnografia e seus diferentes recursos. A expectativa e o objetivo é que, assim formuladas, as relações entre crianças e adultos possam ser caracterizadas por elos de confiança e igualdade. Entretanto, o que vemos como problemático é que essas formulações, na maioria das vezes, diferenciam as situações interativas segundo a presença ou ausência de poder do adulto em relação à criança; limitando o debate e culpabilizando o adulto.

### **3. Reposicionando a debate sobre formação e experiência: Ao adulto mau, mais saber?**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

As crianças no seu dia-a-dia, elas se expressam pelo olhar, pelo toque, pela fala, pelo corpo, até pela ‘não expressão’. Aventurar-se neste universo exige dos pesquisadores alguns saberes que os convidam a aliar a função de criancólogos, como denomina Ana Lúcia Goulart de Faria, a criancistas, não só sendo especialistas em crianças, mas tornando-se (ou retomando) uma delas e defendendo seus direitos, suas vontades. (COUTINHO, 2001, p.1).

Quais seriam os saberes desejados a um criancista? Em que medida ele atua sendo mais que um especialista? A quem ele deve falar/alertar acerca de outra condição da infância? Se não pretendemos responder a todas estas questões, elas nos mobilizam a pensar sobre o lugar reservado ao adulto-professor diante dessa outra criança, de que tanto nos falam.

Nossa suspeita recai sobre algumas leituras que temos observado no campo da educação infantil sobre o papel da professora. Vimos no tópico anterior, como a imagem de um adulto repressor termina por modelar certa compreensão sobre a necessidade de transformação da prática do adulto. Perguntamo-nos: O que significa tomar o adulto como insensível à experiência com as crianças? Tentamos aqui reunir alguns argumentos em torno dos riscos de formular esses problemas como expressão de uma despreparação do outro (aqui o professor).

A noção de alteridade possibilita pensar sobre o estatuto dos saberes sobre a criança e como se efetivaram (e ainda se efetivam) como *tradutores* da infância. Segundo Kohan (2004), a infância foi excessivamente traduzida, expulsando da relação adulto/criança o acontecimento e a estrangeiridade. “Temos sabido tanto sobre a infância, [...], temos projetado tanto seu futuro que, para fortalecer e dinamizar as forças infantis que habitam em todos os corpos, talvez seja propício deixar de saber (...)” (p.9)

De acordo com Foucault (1996), a constituição hegemônica de certos campos disciplinares na modernidade significou a constituição de *saberes peritos*, os quais guardam com a idéia de verdade pronta uma estreita relação. No caso das crianças e das infâncias, as relações adulto/criança parecem, sobretudo, construídas sob a égide de um “saber sobre”.

O conceito de experiência (LARROSA, 2002) indica diferentemente outras relações com o conhecimento, assinalando a dimensão transformadora por que se passa quando se deixa *encontrar-se com* e não só *saber sobre*. No mesmo sentido, Kohan (2004, 2007), por meio do conceito deleuziano de “devir-criança”, desloca o problema das subjetivações possíveis aos adultos, tal como são formuladas recorrentemente na



educação. Atenta para o que se dá *entre*, no encontro inusitado de políticas de subjetivações adultas e infantis, mediadas pela intervenção de discursos afirmativos da condição cidadã das crianças.

Segundo Rocha (2007), no plano das políticas de formação/ subjetivação, é possível contrapor ao funcionamento dos especialismos, outro tipo de implicação entre formação e saberes, problematizando as demandas escolares por verdade freqüentemente dirigidas ao saber *psi*, fugindo a uma formação que investe um saber-repetição. De acordo com estas análises, a formação de um novo adulto tornar-se-ia problema caso assumisse a forma de um discurso identitário normativo, constituindo-se em imposições de como se deve ser e agir como adulto, a exemplo de um “especialismo cientificista, traduzido em um conjunto de técnicas a serem aplicadas.” (ROCHA; AGUIAR, 1997, p.2)

Rocha (2007) em suas pesquisas acerca das práticas de formação docente constata que entre seus dilemas está o risco de codificação e padronização; o que termina impedindo a atualização de forças de singularização na ação docente seja no contexto da educação básica ou do ensino superior. Entretanto, as obstacularizações ao pensamento e à singularização não se dão de forma simples, permitindo considerar os processos de formação em seu caráter de acontecimento, ou seja, “(...) o que escapa ao controle se constitui em formação, potência de campos de afecção, de territórios de intensidades geradores de movimento”. (ROCHA, 2007, p.38)

Segundo os estudos socioantropológicos da infância, é característico do contemporâneo um conjunto de mudanças nos dispositivos de “administração simbólica da infância” (SARMENTO, 2004, p. 5), com conseqüências no âmbito das subjetivações adulta e infantil (CASTRO, 2007). Vejo na abordagem micropolítica - pois permite considerar a circunstancialidade própria dos movimentos de luta em torno das subjetivações (ROCHA; AGUIAR, 2007) -, um meio de cartografar as tentativas de redesenhar os lugares da professora da educação infantil. Nesta perspectiva, estudos têm apontado uma série de transformações por que passam os espaços escolares e as infâncias e deste modo incrementam as iniciativas de pesquisas que tentam caracterizar processos de subjetivação, segundo os quais se reorganizam lugares de professores, alunos, crianças e adultos (BUJES, 2002; CASTRO, 2007)



[...] estas mudanças, que conjugam a plena expansão dos factores modernos de institucionalização da infância com a crise das instâncias de legitimação e com as narrativas que as justificam têm sérias implicações no estatuto social da infância e nos modos, diversos e plurais, das condições actuais de vida das crianças. As instâncias através das quais as crianças têm sido socialmente inseridas na sociedade percorrem os seus trajectos de crise e são redefinidos procedimentos de administração simbólica da infância. Há, deste modo, um processo de reinstitucionalização, isto é, o lugar social imputado às crianças não é já idêntico ao de outrora. (SARMENTO, 2004, p.7)

Trata-se de outras manifestações discursivas em torno das infâncias que a tomam segundo seu papel ativo nos processos de socialização dos quais participam (DELGADO; MARCHI, 2006/2007). Pretendem passar em revista as (in)visibilidades histórica, cívica e científica (SARMENTO, 2006) a que foram submetidas as infâncias, pondo em cena dilemas como o da legitimidade da representação da criança pelo adulto na vida política. Em artigo provocador, Castro (2007) tematiza a historicidade da prerrogativa de que os adultos têm o poder de falar pelas crianças e jovens, no espaço público.

Ora, toda ordem instituída se fundamenta em pressupostos que ela mesma institui, e por isso mesmo, é contingente e transitória. Não há uma verdade imanente, nem tampouco uma necessidade lógica. Pelo contrário, nos dias de hoje vemos crescentemente a desestabilização desta arrumação, quando crianças e jovens questionam o fato de terem que ser traduzidos apenas pelos seus especialistas. (CASTRO, 2007)

A autora assinala, pois, desafios no campo da educação no que se refere à inserção da criança em outros espaços sociais e sua inserção diferente na casa e na escola; assim como no que se refere às políticas de formação docente. Castro (2007), entretanto, critica as limitações de um consenso que parece ter se produzido em torno da defesa dos direitos da criança. As reflexões da autora conduzem à necessidade de investigar as mudanças de subjetivação que se processam no presente e sem qualquer garantia. Como afirma Duarte (2001, p.14), é preciso coragem para “não se submeter a uma pauta ‘politicamente correta’ linear”, convocando os adultos a experimentarem radicalmente outros agenciamentos.

Nesse sentido, estudos contemporâneos tem se esforçado em dar visibilidade à plurivocidade em meio a qual se produzem crianças e adultos (FERREIRA, 2008;



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

KRAMER, 2008; COSTA, 2008). Ferreira (2008) ao analisar as posições negociadas entre pesquisadora/adulta e as crianças, a partir de investigação etnográfica afirma:

“[...] nos diferentes papéis que as crianças assumiram em face à investigadora e nos usos sociais que deles e delas fizeram, o modo como as “fraquezas” socialmente atribuídas se tornam forças capazes de gerar perplexidades que obrigando ao questionamento das relações adulto/crianças deixam como legado metodológico que as distinções entre adultos e crianças não sejam tomadas como certas. (p. 160).

No âmbito da formação docente, estas questões formulam-se como pistas de como fugir ao caráter normativo que geralmente assumem os saberes científicos sobre a infância, a fim de pensar estratégias que singularizem a experiência pedagógica (COSTA, 2008).

#### 4. Possibilidades ético-políticas do encontro com a alteridade

A liberdade requer um mundo de outros. Mas o que acontece quando os outros não nos oferecem reconhecimento? (...) Na maioria das discussões sobre racismo e colonialismo, há uma crítica da alteridade, da possibilidade de tornar-se o Outro. Fanon, entretanto, argumenta que o racismo força um grupo de pessoas a sair da relação dialética entre o Eu e o Outro, uma relação que é a base da vida ética. (...) A luta contra o racismo anti-negro não é, portanto, contra ser o Outro. É uma luta para *entrar* na dialética do Eu e do Outro. (GORDON, 2008, p.16.)

Talvez a invisibilidade das crianças em nossas pesquisas e práticas sociais esteja ligada não tanto a questão da insuficiência dos instrumentos para “recolher a voz da criança”, mas à invisibilidade em nossas análises dos jogos de sentidos em que se criam crianças e adultos. Talvez seja preciso perguntar, como admite Fanon, em relação as diferenças constituídas entre brancos e negros, que tipo de reconhecimento temos conferido às crianças? Quando interpretado como uma força unilateral, diretamente relacionado às práticas discursivas apenas adultas (cultura adulta), o adultocentrismo em vez de um resultado nos jogos de disputa de sentidos passa a condição de poder ser eliminado, sem que se considere tanto as resistências adultas como infantis.

Práticas de aculturação e singularização (COSTA, 2007) se dão concomitantemente e não estão necessariamente uma do lado do adulto e da criança respectivamente. Talvez nos falte uma discussão sobre o que exatamente significa isto



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

sem apostar no recurso mais imediato - como vimos no dispositivo crítico - de dualizar saberes adultos e ponto de vista da criança. Talvez nos falte ver o que se passa entre estas duas posições discursivas entendendo-as sem postulá-las como lugares fixos e imóveis.

Mudar a unidade de análise parece uma boa indicação metodológica, ou seja, considerar as situações em que seja possível analisar as disputas de significado, os deslocamentos de sentido. Então “dar a voz” seria metodologicamente menos garantir meios corretos de fazer com que a criança se expresse e mais incluir em nosso plano de análise as tensões próprias às práticas em que se inserem crianças e adultos e portanto locus de revisitação de sentidos, tal como as pesquisas sobre as práticas lúdicas tem sugerido (COSTA, 2007).

A crítica ao adultocentrismo não acontece sem contradições e complexidades. No caso do brincar, o mesmo discurso (do consumo ou pedagógico) que o afirma como uma atividade predominantemente infantil pode instrumentalizá-lo, o que resulta em desafios aos processos de singularização em que se envolvem crianças e adultos. O dispositivo crítico tal como o vimos nos discursos científicos expressam a organização da crítica ao adultocentrismo em bloco, e esse efeito apaga as inúmeras diferenças em como o tema é tratado e gera uma ilusão de que caminhamos para uma substituição de paradigma, quando os discursos mostram que subsistem perspectivas adultocêntricas. Então voltamos ao ponto: *o que temos feitos de nossas querelas quanto à concepção moderna de infância?*

## Referências

ARIÈS, Ph. **A História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ATEM, E. **Elementos para uma Genealogia da Subjetividade infantil contemporânea, a partir da análise dos discursos crítico-científicos sobre a infância**. 2006. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará/ UFC, Fortaleza.

BUJES, M. I. E. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

CASTRO, L.R. A Politização (Necessária) do campo da Infância e da Adolescência. **Revista Psicologia Política**, v. 7, n.14, 2007. Disponível em < <http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=32> >. Acesso em: 21 set. 2009.

COSTA, M. F. V. O lúdico no relato autobiográfico: uma experiência de formação docente. In: **III Congresso Internacional sobre pesquisa (auto)biográfica**, 2008, Natal. III CIPA (auto) biografia: Formação, territórios e sabres. Natal: Mult records, 2008.

\_\_\_\_\_. Identidade Étnico-racial nas artes de Brincar. In: COSTA, M. F. V da, COLAÇO, V de. F R. e COSTA, N.B. da (Orgs.). **Modos de brincar, lembrar e dizer: discursividade e subjetivação**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

COUTINHO, A.M.S. Infância e diversidade: as culturas infantis. In: REUNIÃO ANPED, 24, 2001, Caxambu/MG. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPED, 2001. Disponível em:< <http://www.anped.org.br/24/tp.htm#gt7>>. Acesso em 04 jul. 2005.

DELEUZE, G.; PARNER, C. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DELGADO, A. C. C.; MARCHI, R. de C. La petite souris: reflexões em torno de uma socioantropologia da infância. **Momento**, Rio Grande, n.18, p. 89-98, 2006/2007.

DORNELLES, L. V. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DUARTE, L.F D. Prefácio. In: CASTRO, L. R. de (org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2001.

FERREIRA, Maria M. M. “Branco demais” ou ... Reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa com crianças. In: SARMENTO, M; GOUVEA, Maria Cristina S. de (orgs.). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p 143-162.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOUCAULT, M. A Ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: \_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p.264-287. (Ditos e escritos V).

\_\_\_\_\_. **Os anormais: curso no Collège de France**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

GORDON, L. R. **Prefácio**. In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

KOHAN, W. O. **Infância, estrangeiridade e ignorância: ensaios de Filosofia e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KOHAN, W. Apontamentos filosóficos para uma (nova) política e uma (também nova) educação da infância. In: REUNIÃO ANPED, 27, 2004, Caxambu/MG. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPED, 2004. Disponível em < <http://www.anped.org.br/27ra.htm> >. Acesso em 16 mar. 2005.

KRAMER, S. Crianças e adultos em diferentes contextos: desafios de um percurso de pesquisa sobre infância, cultura e formação. In: SARMENTO, M e GOUVEA, Maria Cristina S. de (orgs). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.163 -189.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan/abril 2002.

NARODOWSKI, M. **Infância e poder: conformação da pedagogia moderna**. Bragança paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

OLIVEIRA, A. M. R. de. Com olhos de criança: o que elas falam, sentem e desenham sobre sua infância no interior da creche. In: REUNIÃO ANPED, 24, 2001, Caxambu/MG. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPED, 2001. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/24/tp.htm#gt7> >. Acesso em 07 jan. 2006.

ROCHA, M. L. A formação como acontecimento: solidão, pensamento e autogestão. In: MACHADO, A. M.; ROCHA, M. L. da; FERNANDES, A. M. (Org.). **Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, v. 1. p. 37-48.

ROCHA, M. L. ; AGUIAR, K. Práticas universitárias e a formação sócio-política. **Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política**, Niterói/UFF, v. 3/4, p. 97-112, 1997.

\_\_\_\_\_. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, p. 648-663, 2007.

SARMENTO, M. J. As culturas das infâncias na encruzilhada da 2º modernidade. **Instituto de Estudos sobre a criança**. Universidade do Minho, p. 1-22, 2004.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Disponível em <  
[http://cedic.iec.uminho.pt/Textos\\_de\\_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf](http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf)>. Acesso em:  
22 de Nov 2009.

\_\_\_\_\_. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V. e SARMENTO, M. J. (orgs.) **“(In)visibilidade da Infância”**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.